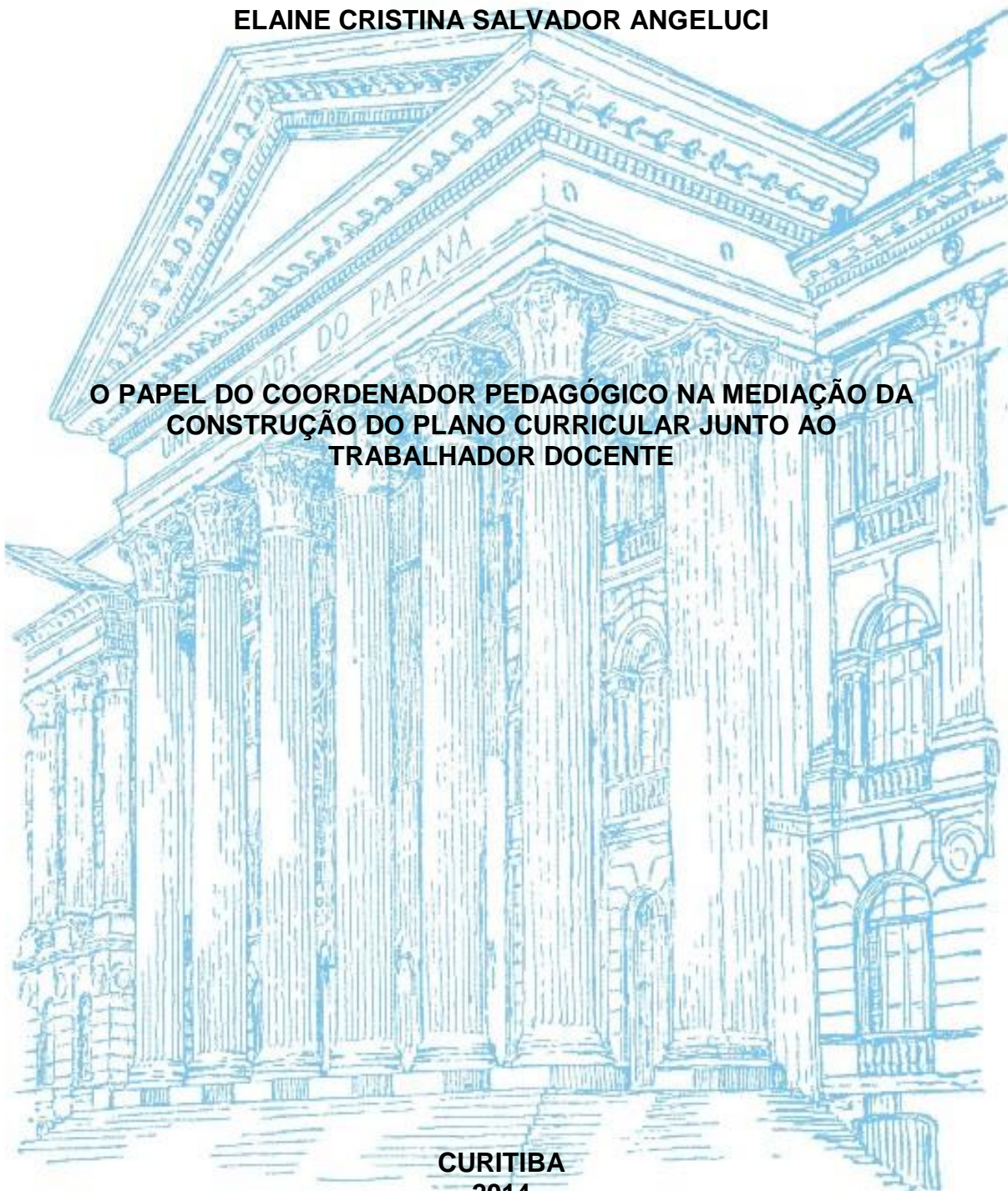


**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO**

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

ELAINE CRISTINA SALVADOR ANGELUCI


**O PAPEL DO COORDENADOR PEDAGÓGICO NA MEDIAÇÃO DA
CONSTRUÇÃO DO PLANO CURRICULAR JUNTO AO
TRABALHADOR DOCENTE**



**CURITIBA
2014**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

ELAINE CRISTINA SALVADOR ANGELUCI



**O PAPEL DO COORDENADOR PEDAGÓGICO NA MEDIAÇÃO DA
CONSTRUÇÃO DO PLANO CURRICULAR JUNTO AO
TRABALHADOR DOCENTE**

Trabalho apresentado como requisito à obtenção do grau de especialista no Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Dr. Ademir Aparecido Pinhelli Mendes

CURITIBA
2014

O PAPEL DO COORDENADOR PEDAGÓGICO NA MEDIAÇÃO DA CONSTRUÇÃO DO PLANO CURRICULAR JUNTO AO TRABALHADOR DOCENTE

AUTORA: ANGELUCI, Elaine Cristina Salvador¹

ORIENTADOR: MENDES, Ademir Aparecido Pinhelli ²

Resumo

O presente artigo busca analisar e refletir sobre o papel do coordenador pedagógico na mediação da construção do plano curricular no trabalho docente da escola pesquisada. Trata-se de uma pesquisa de caráter bibliográfico, descritivo, chegando a conclusão de que o coordenador pedagógico é um sujeito fundamental no espaço escolar, atuando no sentido de integrar os envolvidos no processo ensino-aprendizagem, mantendo as relações interpessoais de maneira saudável, valorizando a formação do professor e a sua própria formação, com o objetivo de ajudar efetivamente na construção de uma educação de qualidade, dando voz e vez aos elementos envolvidos neste processo. Todavia, estas proposituras poderão ser concretizadas se o coordenador utilizar como recurso preponderante o diálogo e o debate com o coletivo.

Palavras-chave: Coordenador Pedagógico; Mediação; Currículo.

INTRODUÇÃO

Este artigo, pretende trazer ao debate o papel do coordenador pedagógico na mediação do plano curricular junto ao trabalho docente no ambiente escolar de uma escola.

Os materiais para pesquisa serão coletados a partir de textos científicos como artigos, livros e publicações na área da educação que abordem questões relevantes ao tema pesquisado, e através de cadernos dos alunos, planejamentos do professor, trabalhos, avaliações, livro didático e encaminhamentos da escola.

O trabalho será elaborado a partir da pesquisa da bibliográfica. Na pesquisa bibliográfica o método utilizado será o de revisão de literatura, a partir de livros,

¹ Graduada em Pedagogia pela FAFIMAM (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari); Pós-graduação em Educação Especial pela FAFIJAN e Psicopedagogia Clínica e Institucional Instituto Rema); ecs_angel03@hotmail.com

² Dr. em Educação. Professor pesquisador do Curso de Coordenação Pedagógica do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná em convênio com a Universidade Aberta do Brasil.

artigos, periódicos, revistas, para que assim se forme a fundamentação teórica sobre o tema pesquisado. Como afirma Lakatos e Marconi (1992):

A pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema. O estudo da literatura pertinente pode ajudar a planificação do trabalho, evitar publicações e certos erros, e representa uma fonte indispensável de informações, podendo até orientar as indagações. (LAKATOS E MARCONI, 1992, p.160)

Ao se utilizar a pesquisa bibliográfica como metodologia, deve se levar em conta a análise crítica do material, e assim poder formar uma perspectiva de trabalho norteadas por pesquisas informativas que possam ser usadas empiricamente em sala de aula.

A técnica desenvolvida terá como objetivo buscar subsídios sobre o assunto para coletar contribuições teóricas existentes sobre a linha de pesquisa e assim desenvolver e conhecer os aspectos relevantes sobre o currículo prescrito ou oculto utilizado no planejamento docente e como deve ser a atuação do coordenador pedagógico frente a estas questões, utilizando o conhecimento disponível de estudos, teorias e publicações nesta área.

Este tipo de abordagem é bastante enriquecedor, pois ao se utilizar literaturas especializadas sobre o assunto, nos permite pensar com criticidade e chegar ao ponto central a ser pesquisado.

A pesquisa bibliográfica é o primeiro passo para a execução do trabalho científico pautado na coleta de dados, entrevistas ou pesquisas de campo.

Todo e qualquer trabalho acadêmico requer um conhecimento sobre livros, artigos, periódicos de modo impresso, eletrônico, etc., sendo imprescindível um processo metodológico, um certo caminho a seguir, como forma de ser racional e econômica para aquele que realiza a pesquisa. (SOUZA. 2001, p.59)

A justificativa de se fazer um trabalho de pesquisa bibliográfico é permitir ao pesquisador, realmente esta bagagem ampla e variada do material a ser pesquisado. Além de o pesquisador ampliar o seu desenvolvimento, ele se torna um ávido leitor, sempre em busca de novas linhas e correntes de pesquisa.

Assim o presente trabalho de pesquisa será desenvolvido diante das principais contribuições teóricas existentes e da particularidade da instituição envolvida nesta pesquisa a fim de analisar e avaliar de como cada contribuição

poderá auxiliar a compreender e subsidiar o objeto de estudo. A finalidade deste estudo é compreender as mudanças metodológicas e praticas nas abordagens e nos encaminhamentos referentes ao currículo.

Portanto, aponta, ainda que brevemente, analisaremos a gestão democrática como possibilidade de organização do trabalho da escola pública pela via do currículo e do Plano de Trabalho Docente, como evidência da atividade teleológica da escola.

Tem como objetivo investigar a relevância do papel do coordenador pedagógico no planejamento escolar.

Como agente articulador do diálogo deve estar atento à transformação da comunidade escolar, promover a reflexão em torno das relações escolares e da transformação da prática pedagógica. Assim, ele estabelece diversos vínculos e relações interpessoais na escola ao desenvolver as múltiplas atividades que caracterizam a sua função. É necessário que a ação educativa seja planejada, articulada com os sujeitos escolares e o coordenador pedagógico figure como mediador de formas interativas de trabalho, em momentos de estudos, proposições, reflexões e ações.

Contudo, o processo de elaboração, implementação e avaliação do projeto político-pedagógico configura-se, em um dos momentos de trabalho do coordenador em que estes vínculos e relações são, claramente, manifestados. Isto porque todo planejamento participativo tem como pilar de sustentação o trabalho coletivo que busca conferir legitimidade ao trabalho pedagógico. Por vezes, são as formas de estabelecimentos dos vínculos e a qualidade das relações interpessoais que contribuem para o êxito das atividades.

Tais ações também remetem à dimensão formadora do coordenador pedagógico, enquanto articulador de aprendizagens na escola considerada espaço de construção de cultura e de interação social. Por isso é importante que sua prática profissional envolva valores e atitudes concernentes à prática da justiça, da tolerância e da democracia.

É importante destacar a interface do coordenador pedagógico no planejamento da escola e do ensino, em especial, na construção de planos de ensino (plano de trabalho docente) articulado ao projeto político-pedagógico.

Na pesquisa bibliográfica o método utilizado será o de revisão de literatura, abarcando livros, artigos, periódicos, revistas, para que assim se forme a fundamentação teórica sobre o tema pesquisado. Como afirmam Lakatos e Marconi:

A pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema. O estudo da literatura pertinente pode ajudar a planificação do trabalho, evitar publicações e certos erros, e representa uma fonte indispensável de informações, podendo até orientar as indagações. (1992, p.160)

Ao se utilizar a pesquisa bibliográfica como metodologia, é preciso levar em conta a análise crítica do material, e assim poder formar uma perspectiva de trabalho norteada por pesquisas informativas que possam ser usadas empiricamente em sala de aula.

Este tipo de abordagem é bastante enriquecedor, pois ao se utilizar literaturas especializadas sobre o assunto, nos permite pensar com criticidade e chegar ao ponto central a ser pesquisado.

A pesquisa bibliográfica é o primeiro passo para a execução do trabalho científico pautado na coleta de dados, entrevistas ou pesquisas de campo.

Todo e qualquer trabalho acadêmico requer um conhecimento sobre livros, artigos, periódicos de modo impresso, eletrônico, etc., sendo imprescindível um processo metodológico, um certo caminho a seguir, como forma de ser racional e econômica para aquele que realiza a pesquisa. (SOUZA. 2001, p.59)

A justificativa de se fazer um trabalho de pesquisa bibliográfico é permitir ao pesquisador uma abordagem variada do material a ser pesquisado. Além de o pesquisador ampliar o seu desenvolvimento, ele se torna um ávido leitor, sempre em busca de novas linhas e correntes de pesquisa.

Assim o presente trabalho de pesquisa será desenvolvido diante das principais contribuições teóricas existentes e da particularidade da instituição envolvida nesta pesquisa a fim de analisar e avaliar como cada contribuição poderá auxiliar a compreender e subsidiar o objeto de estudo. E a finalidade deste estudo é contribuir a discussão das mudanças metodológica e pratica das abordagens e nos encaminhamentos referentes à indisciplina escolar, contribuindo assim para que os alunos, professores e toda comunidade escolar possam gozar do direito a educação.

O PAPEL DO COORDENADOR PEDAGÓGICO NA MEDIAÇÃO DA CONSTRUÇÃO DO PLANO CURRICULAR JUNTO AO TRABALHO DOCENTE

As evidentes mudanças científico-tecnológicas, econômicas, sociais, políticas e culturais ocorridas no mundo contemporâneo têm influenciado direta e indiretamente a organização da sociedade que concretamente reflete em seus processos educacionais.

Em sincronia com essas mudanças, que já vem de outrora, a organização da educação mediada por essas relações refletiu. Em contextos históricos diferentes, formas de desenvolvimento, gestão pedagógica e administrativa, buscando referências nos mais variados espaços de composição social.

Tomando o contexto histórico da década de 70, situou-se a escola, e especialmente a sua gestão, sob a ótica da

[...] administração empresarial, produzindo-se em relação ao currículo, bem como ao modo de organizar a escola e avaliar o desempenho dos professores e alunos, experiências que permitiram identificar de modo mais generalizado e, também, de modo mais particular, a tendência em curso” (ROSAR, 1999, p. 166).

Tal perspectiva tendia para uma educação massificadora, cuja intencionalidade se firmava na formação da força de trabalho do mercado em desenvolvimento.

Deste modo, a gestão escolar baseada em um modelo burocratizado e tecnizado reforçava a tese, ou melhor, a prática da divisão do trabalho, configurando a escola como espaço legitimador da ideologia mercadológica e do trabalho fragmentado.

Para o contexto histórico situado cabia a homogeneização dos currículos, a padronização das formas, a hierarquização das atividades e sobretudo, a formação em massa de sujeitos, possíveis reprodutores da lógica vigente.

Contudo, o movimento da própria história mobilizou, na tentativa de deslocar o conceito burocrático de gestão, especialmente na década de 80, um conjunto de ações em prol da escola pública e democrática, abarcado pela Constituição Federal de 1988, que determinava em seus artigos, a saber:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno

desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII - garantia de padrão de qualidade (BRASIL, 1988, Art. 205).

Assim sendo, esta década de recessão econômica de um lado e, de outro de fortalecimento da resistência ao trabalho pedagógico instituído, as políticas educacionais em voga (e portanto, ideológicas) redefiniram, ou tentaram redefinir o curso da escola pública, ampliando as possibilidades e debates em torno do conceito e práticas democráticas de gestão da educação.

Não obstante, obscurecido pelo processo de reorganização do *modus operandi*, iniciado ao final da década de 80 e fortalecido na década de 90, as formas de gestão da educação, respaldadas pela política pública do período, retomam as discussões da gestão administrativa e gerencialista da educação, optando pela “moderna teoria da administração educacional, mais uma vez atualizada a transposição das teorias e práticas empresarias renovadas pelas imposições do processo produtivo” (ROSAR, 1999, p. 173). Esta noção, transportada do mercado de trabalho, vai delimitar para a escola a chamada Gestão Compartilhada, entendida nos moldes da Gestão da Qualidade Total, subsumindo a escola aos “valores” da produtividade e eficiência. Contudo, de acordo com Rosar (1999),

[...] essa ação massiva de convencimento ideológico acionada pelo governo tem obtido repercussões limitadas na prática dos diretores, pedagogos e professores das escolas de educação básica, mesmo quando reproduzem a terminologia veiculada. A indagação que daí decorre é: por que não pode ser hegemônica essa concepção, no âmbito do sistema educacional? (p. 173).

Responderemos com a prerrogativa de pensar que estamos nos mobilizando em favor da escola pública e, portanto, remetendo-nos à formação dos alunos desta escola.

Ocorre, pois, que o conceito de gestão aqui defendido extrapola o âmbito da organização de poder, para ser compreendido como condição de organização do

espaço público de ensino, no compromisso coletivo de formação e humanização dos sujeitos.

Assim, gestão democrática da educação compreende a noção de cidadania como “capacidade conquistada por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto histórico determinado” (COUTINHO, 2000, p. 50).

Além disso, conforme Ferreira

Gestão significa tomar decisões, organizar, dirigir as políticas educacionais que se desenvolvem na escola comprometidas com a formação da cidadania [...] é um compromisso de quem toma decisões – a gestão -, de quem tem consciência do coletivo – democrática -, de quem tem responsabilidade de formar seres humanos por meio da educação (2004, p. 1241).

E pensar em gestão democrática da escola pública remete obrigatoriamente, pensar a possibilidade de organicamente constituir a escola como espaço de contradição. E o que possibilita isso?

Primeiramente delimitar os processos de organização dos segmentos escolares diante do seu papel na escola pública. Entender que decisões quanto a finalidades e conteúdos devem ser tomadas para humanização da formação dos sujeitos, o que significa pensar em quais conteúdos da aprendizagem serão ensinados como conteúdos de vida e que devem abranger os conceitos científicos da cultura erudita e os conteúdos da prática social (FERREIRA, 2004, p. 1238).

A gestão democrática passa a ser vista sob o ponto da organização coletiva da escola em função dos seus sujeitos. Organizar-se coletivamente exige rigor teórico-prático de quem organiza, decide, dirige, debate, discute a organização escolar. Significa permitir o trabalho específico e ao mesmo tempo, orgânico dos sujeitos em função das necessidades histórico-sociais dos seus alunos. Nesse ínterim, tomaremos aqui, em especial, a possibilidade de trabalho do pedagogo, na tentativa de entender seu papel como mediador da intencionalidade educativa da escola, pela via dos diferentes segmentos que a compõe.

Na perspectiva histórico-crítica, insere-se a preocupação de se preparar a classe trabalhadora para ser dirigente e, após esse processo, tornar-se dominante, como defendeu Gramsci. “A apropriação concreta do saber objetivo, articulando com

os interesses da classe trabalhadora, reforça e amplia a luta hegemônica da classe e à esta articulação que a coloca no caminho de ser dirigente antes de governante” (PRAIS, 1994, p. 41). Porém, para alcançar esse nível de discussão e apropriação do discurso e ideais desta perspectiva, supõe um movimento de unidade da dimensão política e técnica de nossa prática que, obrigatoriamente, se articula com um conjunto de práticas sociais.

A escola, como instituição social, que tem como função a democratização dos conhecimentos produzidos historicamente pela humanidade, é um espaço de mediação entre sujeito e sociedade. Compreender a escola como mediação significa entender o conhecimento como fonte para efetivação de um processo de emancipação humana e, logo, de transformação social. O que implica em ver o papel político da escola atrelado ao seu papel pedagógico e, mais, dimensionar a prática pedagógica, em todas suas características e determinantes com intencionalidade e coerência, o que transparece um compromisso político ao garantir que o processo de ensino e aprendizagem esteja a serviço da mudança necessária. “Assim, a escola progressista denuncia a não diretividade como instrumento de dominação, resgatando a ação diretiva do educador que representa a ruptura com o que foi socialmente determinado e promove a formação coletiva do educando” (PRAIS, 1994, p. 42).

Neste ínterim, supõe-se que, na medida em que a gestão democrática (colegiada) define coletivamente as ações e as concepções da escola, ela passa a constituir-se numa condição determinada e determinante de uma teoria e prática progressista de educação, principalmente, quando essa gestão vem como uma necessidade histórica. Saviani (2007) afirma que a sociedade brasileira, a partir de 1982, vive em consequência das contradições advindas da “ampliação de poder autocrático e pela superexploração do grande capital monopolista, o que se convencionou chamar de transição democrática, resultante da reorganização e repolitização das classes trabalhadoras”.

Diante de tal situação, aparecem indicativos de um novo quadro de mobilização e organização social, que instigam mudanças nas relações de poder em todas as áreas, e não seria diferente na educação. Sendo assim, justifica-se a adoção da gestão democrática hoje, pela escola pública, por ser uma forma organização da escola que parece, no momento, poder dar suporte às necessidades

escolares atuais, no que diz respeito à organização, participação, planejamento e tomada de decisão.

A participação de fato é uma prática política e, por natureza, democrática. Visão esta que, na escola, exige obrigatoriamente a mudança do papel do diretor. Primeiramente, quanto à fragmentação do seu trabalho, entre administrativo e pedagógico e, em seguida, a mudança de postura no que diz respeito à centralização das tomadas de decisão, corporativismo e autoritarismo, além de seu caráter exclusivamente gerencialista.

A superação destas características na direção de uma escola não é, simplesmente, utilização de termos diferentes no discurso, é assumir um projeto de gestão, interligado com projeto de educação, de sociedade, de homem, de mundo.

A gestão democrática na escola se constitui em processo coletivo de decisões e ações, e conseqüentemente, possibilita recuperar o papel do diretor na liderança do processo educativo e não como peça exclusiva do mesmo. Paro discorre sobre o papel do diretor:

Em termos práticos, as atividades de direção restringem-se ao diretor – e aos assistentes de diretor, sem coadjuvante no comando da escola. Mas estes também acabam se envolvendo em atividades rotineiras que pouco têm a ver com uma verdadeira coordenação do esforço do pessoal escolar com vistas à realização de objetivos pedagógicos. Concorrem para isso, em grande medida, as precárias condições de funcionamento da escola (...). Diante desse quadro, não é difícil imaginar as dificuldades da direção em coordenar esforços de pessoas cujas atividades dependem de recursos inexistentes (2005, p. 73-74).

No enfrentamento dos problemas do cotidiano escolar, o diretor, ou equipe diretiva, tem impasses que dificultam seu trabalho como gestor. E, no caso do diretor centralizador, o caso fica ainda mais grave, já que será o único a analisar, propor ações e implementar os encaminhamentos necessários ao enfrentamento dos problemas escolares. Porém, com a gestão democrática, parte-se do princípio que, primeiro, o diretor não estará sozinho nem para decidir nem para agir. Percebam que a gestão democrática não é sinônimo de “todo mundo faz tudo”, ou “qualquer um faz qualquer coisa”. Cada sujeito do processo educativo tem suas funções específicas, porém, o planejamento e implementação das ações parte do coletivo.

Portanto, a legitimidade da gestão democrática se dá nos processos de participação efetiva. Um dos princípios é a eleição de diretores, não que a mesma garanta a democracia como prática escolar, mas é um momento de tomada de

decisão de toda a comunidade escolar. E, após a escolha do candidato, ele tem o dever, dentro dos princípios democráticos, de legitimar o processo educativo, a princípio, entendendo a escola como instituição de caráter pedagógico. Libâneo afirma:

Ao meu ver, a Pedagogia ocupa-se, de fato, dos processos educativos, métodos, maneiras de ensinar, mas antes disso ela tem um significado bem mais amplo, bem mais globalizante. Ela é um campo de conhecimentos sobre a problemática educativa na sua totalidade e historicidade e, ao mesmo tempo, uma diretriz orientadora da ação educativa. O pedagógico refere-se a finalidades da ação educativa, implicando objetivos sóciopolíticos a partir dos quais se estabelecem formas organizativas e metodológicas da ação educativa (2004, p. 29).

Essa visão faz com que a direção esteja sim, envolvida com a equipe pedagógica nos encaminhamentos pedagógicos que se fizerem necessários e explicitados no Projeto Político-Pedagógico da escola (PPP).

O PPP é um instrumento que descreve e revela a escola, para além de suas intenções e concepções, é uma forma de organizar o trabalho pedagógico da escola. A responsabilidade da construção deste projeto de sociedade e de educação é de toda comunidade escolar, sendo um

[...] processo democrático de decisões, preocupa-se em ministrar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mundo impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola [...] (VEIGA, 1995, p.13).

O diretor então, dirige um Projeto Político-Pedagógico, como identidade de uma instituição e sua coletividade. A relação entre o projeto de sociedade e de educação com os projetos individuais de cada aluno, professor, pai, funcionário, instaura no PPP fundamentos para o exercício da participação democrática, das ações coletivas, da organização pedagógica e administrativa, e o próprio resgate da função social da escola na apropriação dos conhecimentos.

Portanto, diante do PPP, como construção coletiva da identidade da escola, espera-se do diretor “capacidade de saber ouvir, alinhar ideias, questionar, interferir, traduzir posições e sintetizar uma política de ação com propósito de coordenar efetivamente o processo educativo, o cumprimento da função social e política da educação escolar [...]” (PRAIS, 1994, p. 86). O papel do diretor é,

predominantemente, gestor e administrativo, mas sempre com enfoque pedagógico, uma vez que se refere a uma instituição e a um projeto educativos que existe em prol da educação.

Libâneo (2004) caracteriza algumas das funções da Direção na gestão democrática escolar:

- a) - dirigir e coordenar o andamento do trabalho pedagógico da escolar, de acordo com sua função social;
- b) - assegurar o processo participativo na tomada de decisão na sua implementação;
- c) - assegurar a implementação de todas as ações planejadas coletivamente;
- d) - articular e criar momentos para relações entre escola e comunidade escolar;
- e) - dar suporte às atividades de planejamento e discussão do currículo, juntamente com a equipe pedagógica, bem como fazer o acompanhamento e avaliação da prática pedagógica.

Diante destes apontamentos, fica clara a relação intrínseca do papel do diretor e do pedagogo na gestão escolar, pois, o pedagogo responde pela mediação, organização, integração e articulação do trabalho pedagógico. Portanto, sugere a própria compreensão de que ser pedagogo significa ter o domínio sistemático e intencional das formas (métodos) através dos quais se deve realizar o processo de formação cultural (SAVIANI, 1985).

Assim, se a pedagogia estuda as práticas educativas tendo em vista explicitar finalidades, objetivos sociopolíticos e formas de intervenção pedagógica para a educação, o pedagógico se expressa, justamente, na intencionalidade e no direcionamento dessa ação. Esse posicionamento é necessário, porque as práticas educativas não se dão de forma isolada das relações sociais, políticas, culturais e econômicas da sociedade (LIBÂNEO, 2004).

E, embora saibamos que o papel do pedagogo tem sido alvo de muitas discussões, na perspectiva que temos defendido, a este profissional não cabe mais a lógica economicista, reproduzindo a fragmentação das relações de trabalho, assim como acontece na dualização do profissional pedagogo em supervisor e orientador. Para tanto, cabe-nos questionar os que ainda agem e defendem a lógica tecnicista, na qual o supervisor controla o trabalho dos professores, em questões burocráticas

e não de ensino e aprendizagem e o orientador recorre ao assistencialismo aos alunos e às famílias.

Sobre a secundarização do papel do pedagogo, citemos Saviani:

Na verdade, tal desvio é hoje regra em nossas escolas: da exaltação aos movimentos de 64 à curiosidade pelo índio, da veneração às mães às festas juninas, das homenagens aos soldados ao cultivo do folclore e às loas à criança, encontra-se tempo para tido na escola. Mas muito pouco tempo é destinado ao processo de transmissão-assimilação de conhecimentos elaborados cientificamente. Cumpre reverter essa situação. Vocês, pedagogos, têm uma responsabilidade grande nesse esforço de reversão. Enquanto especialistas em pedagogia escolar cabe-lhes a tarefa de trabalhar os conteúdos de base científica, organizando-os nas formas e métodos mais propícios à sua efetiva assimilação por parte dos alunos (1985, p. 28).

Para além da função pedagógica de interlocução com o corpo docente para efetivação de uma prática pedagógica que cumpre com os pressupostos conceituais e práticos expostos no PPP e na Proposta Pedagógica Curricular (PPC), há a função do pedagogo na gestão escolar. Ou seja, a função da Equipe Pedagógica encontra-se maximizada no processo educativo agindo em todos os espaços para a garantia da efetivação de um projeto de escola que cumpra com sua função política, pedagógica e social.

O reconhecimento e efetivação do papel do pedagogo depende do reconhecimento da intencionalidade e especificidade do trabalho pedagógico junto a toda comunidade escolar. Portanto, o envolvimento do pedagogo com questões do dia-a-dia escolar não deve extrapolar seu tempo e espaço do fazer pedagógico, já que problemas de disciplina, acompanhamento de entrada e saída de alunos, etc. são problemas da escola e o seu coletivo deve planejar ações para enfrentamento destas questões.

Para Gadotti (2004) “fazer pedagogia é fazer prática teórica por excelência. É descobrir e elaborar instrumentos de ação social. Nela se realiza de forma essencial, a unidade entre teoria e prática. [...] O pedagogo é aquele que não fica indiferente, neutro, diante da realidade. Procura intervir e aprender com a realidade em processo. O conflito, por isso, está na base de toda a pedagogia”. Percebe-se aqui o pedagogo como articulador do trabalho coletivo da escola, articula a concepção de educação da escola às relações e determinações políticas, sociais, culturais e históricas.

Assim sendo, o pedagogo, à luz de uma concepção progressista de educação, tem sua função de mediador do trabalho pedagógico, agindo em todos os espaços de contradição para a transformação da prática escolar. Porém, baseado nesta concepção, sua atuação se faz para a garantia de uma educação pública e de qualidade visando a emancipação das classes populares.

Frente à defesa do papel do pedagogo, a Secretaria de Estado da Educação do Paraná, no edital nº 10/2007 de seleção para o concurso público, indica princípios da participação do pedagogo na gestão escolar:

- a) - coordenar a elaboração coletiva e acompanhar a efetivação do Projeto Político-Pedagógico e do Plano de Ação da Escola;
- b) - promover e coordenar reuniões pedagógicas e grupos de estudo para reflexão e aprofundamento de temas relativos ao trabalho pedagógico e para a elaboração de propostas de intervenção na realidade da escola;
- c) - participar e intervir, junto à direção, da organização do trabalho pedagógico escolar no sentido de realizar a função social e a especificidade da educação escolar;
- d) - sistematizar, junto à comunidade escolar, atividades que levem à efetivação do processo ensino e aprendizagem, de modo a garantir o atendimento às necessidades do educando;
- e) - participar da elaboração do projeto de formação continuada de todos os profissionais da escola e promover ações para a sua efetivação, tendo como finalidade a realização e o aprimoramento do trabalho pedagógico escolar;
- f) - analisar as propostas de natureza pedagógica a serem implantadas na escola, observando a legislação educacional em vigor e o Estatuto da Criança e do Adolescente, como fundamentos da prática educativa;
- g) - coordenar a organização do espaço-tempo escolar a partir do Projeto Político-Pedagógico e da Proposta Pedagógica Curricular da Escola;
- h) - orientar a comunidade escolar na proposição e construção de um projeto pedagógico numa perspectiva transformadora.

Ademais, o papel do pedagogo legitima-se não tão somente na mediação da gestão escolar, mas no movimento de organização do currículo pela via da gestão.

Todo projeto de educação expressa, sobretudo, um projeto social. É com essa premissa que o papel da escola, do conhecimento e por sua vez do currículo

deve ser situado. A escola, historicamente, vem sendo o palco e o alvo de disputa de interesses distintos, os quais, por sua vez, expressam a organização dual da nossa sociedade, própria da forma de organização econômica sob e no capitalismo. Isso implica em dizer que a forma de organização social pautada na acumulação dos bens, na propriedade privada, na obtenção do lucro e, conseqüentemente, na reprodução das classes sociais, condiciona e tem condicionado, historicamente, o sentido da escola.

A escola está e, ao mesmo tempo, não está em crise, ela revela e, ao mesmo tempo, esconde as relações de dominação, ela reproduz a ideologia do capital e, ao mesmo tempo, oferece condições de emancipação humana. Ao passo em que nela a disputa de interesses se manifesta, de forma mais ou menos contraditória, ela também manifesta e reproduz as relações sociais, políticas, econômicas e culturais. Portanto, a escola é o fruto destas múltiplas determinações. É aí que tem-se que qualquer projeto de educação passa a necessariamente a representar um projeto social, movido por uma necessária intencionalidade. Faz-se, portanto, mister dizer que a escola não é neutra.

Ainda que não se pretenda nela assumir uma ou outra postura política (entendendo o conceito de política não como representações partidárias, mas como uma ação movida por uma reflexão que pressupõe essa intencionalidade) essa pseudo neutralidade traz consigo uma opção: conservar e reproduzir.

É dentro destas contradições que se analisa o papel do currículo.

Etimologicamente currículo vem do latim *curriculum*, que significa “pista de corrida”. No âmbito das apologias da sociedade sob o capitalismo, isto pode estar ligado ao conteúdo profissional que se apresenta na seleção de emprego a fim de competir – correr em busca de –no mercado de trabalho. Embora com outro significado, este conceito também expressa o que o currículo significa no âmbito das contradições do espaço escolar.

O currículo da escola é a seleção intencional de uma porção de cultura. Cultura por sua vez, refere-se a toda a produção humana que se constrói a partir das inter-relações do ser humano com a natureza, com o outro e consigo mesmo. Esta ação essencialmente humana e intencional é realizada a partir do trabalho, através do qual o homem se humaniza e humaniza a própria natureza. Por cultura entende-se, então, tudo o que os grupos sociais produzem para representar o seu jeito de viver, de entender e de “sonhar” o mundo. O currículo é portanto histórico,

resultado de um conjunto de forças sociais, políticas e pedagógicas que expressam e organizam os saberes que circunstanciam as práticas escolares na formação dos sujeitos que, por sua vez, são também históricos e sociais. Nesta perspectiva, o currículo deve oferecer, não somente vias para compreender tanto os saberes nele inseridos como também, os movimentos contraditórios pelos quais a sociedade vem enfrentando e de que forma os sujeitos se inserem neles. Neste sentido, à escola cabe erigir seu papel fundamental na transmissão apropriação e socialização dos saberes culturais, numa base teleológica (intencional) que pressuponha uma práxis transformadora: caminho (pista de corrida) este a ser percorrido por todos na escola.

CONCLUSÃO

Currículo, contudo, não pressupõe apenas a seleção dos conteúdos, mas também o método de apropriação dos mesmos. O conhecimento que dá conta da concepção de educação que pressuponha a compreensão do mundo em sua totalidade e em suas contradições, somente será aquele que for o produto do movimento histórico e social produzido e apropriado na totalidade, entendendo-a como a expressão dos condicionantes políticos, sociais, econômicos, culturais e históricos. O ponto de partida para sua apreensão é sempre uma representação empírica, caótica e imediata da realidade – ainda difusa e nebulosa, não sistematizada da realidade (sincrética). Este pode ser o conhecimento empírico, popular ou de senso comum, mas que em seu movimento de problematização, instrumentalização e sistematização pretende ter como ponto de chegada as abstratas formulações conceituais agora como produtos da totalidade ricamente articulada e compreendida, “mas também como prenúncio de novas realidades, apenas intuídas, que levam o presente a novas buscas e formulações a partir da dinâmica histórica que articule o já conhecido ao presente e anuncie o futuro” (KUENZER, 2002, p. 77).

Sendo assim, cabe ao pedagogo em sua prática pedagógica junto à equipe docente: mediar a concepção posta no Projeto Político-Pedagógico e na Proposta Pedagógica Curricular, garantindo a sua intencionalidade no Plano de Trabalho Docente.

A educação, numa concepção transformadora, pressupõe tomar o aluno na sua totalidade, não em um momento reduzido como “aluno”, e isso implica em entendê-lo dentro de uma dinâmica social, onde as ações são determinadas. Essa compreensão remete à ideia de atividade humana como práxis que, segundo Marx (apud MARTINS, 2004, p. 58), “[...] encerra uma tríplice orientação: o que fazer, para que fazer e como fazer, efetivando-se apenas em condições sociais coletivas”.

É dessa ideia de práxis, sempre intencional, que a ação do pedagogo junto ao professor, permite realizar o trabalho educativo, descrito por Saviani como “[...] ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”, já que “[...] o indivíduo da espécie humana não nasce homem; ele se torna homem, se forma homem [...] precisa ser educado” (SAVIANI apud MARTINS, 2004, p. 46).

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%EA7ao.htm>. Acesso em: maio de 2014.
- COUTINHO, C. N. **Contra a corrente: ensaios sobre a democracia e o socialismo**. São Paulo: Cortez, 2000.
- FERREIRA, N. S. C. Repensando e ressignificando a gestão democrática da educação na “cultura globalizada”. In: **Educação e Sociedade**. Campinas. Vol. 25, n. 89, Set/dez, 2004.
- GADOTTI, M. **Pedagogia da práxis**. São Paulo: Cortez, 2004.
- KUENZER, A. **Ensino médio: uma proposta para os que vivem do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2002.
- LIBÂNEO. J. C. **Pedagogia e Pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 2004.
- _____. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5ª ed., rev. e ampl. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.
- MARTINS, L. M. Da formação humana em Marx à crítica da pedagogia das competências. In: DUARTE, N. (org.) **Crítica ao fetichismo da individualidade**. São Paulo: Autores Associados, 2004.
- PARO, V. H. **Gestão Democrática da escola pública**. 3 ed. São Paulo: Ática, 2005.

PARANÁ, Secretaria de Estado de Educação. **Currículo Básico do Estado do Paraná**. Paraná: 1990.

PRAIS, M. de L. M. **Administração colegiada da escola pública**. 3 ed. Campinas: Papirus, 1994.

ROSAR, M. F. F. A dialética entre a concepção e a prática de gestão democrática no âmbito da educação no Brasil. In: **Educação e Sociedade**. Ano XX, n. 69, Dezembro/99.

SAVIANI, D. Sentido da pedagogia e o papel do pedagogo. In: **Revista ANDE**, São Paulo, n. 9, 1985.

_____. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

_____. **Edital de concurso para pedagogos n. 10/2007**. Paraná, 2007.

VEIGA, I. P. A. (org). **Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 1995.